

CIÊNCIAS HUMANAS, GLOBALIZAÇÃO E GEOPOLÍTICA: PISTAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIOLOGIA AFROCENTRADA EM ANGOLA

Eduardo Sala¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise interdisciplinar sobre a dinâmica organizacional/funcional e o ensino das Ciências Humanas em Angola, com ênfase em Sociologia. É um ensaio que agrega o método de pesquisa bibliográfica, problematizando diversas questões como migração, relações África/Ocidente, colonialidade e integração africana. O artigo analisa o papel e os desafios da Educação, Ciências Humanas-Sociologia em Angola e África diante dos desafios impostos pela dinâmica geopolítica mundial em acelerada transformação, bem como as armadilhas criadas pela globalização. De tendência pan-africanista e contra-colonial, esse trabalho tem como um de seus pressupostos contribuir na criação de mecanismos epistemológicos que visam desestabilizar as cosmovisões e cosmogonias de inclinações eurocêntricas e neocoloniais, que exercem uma grande influência alienadora sobre a percepção de mundo no seio da sociedade angolana. Para isso, a (re) africanização do sistema educacional, das Ciências Humanas e suas respectivas elevações ao status de estratégicas ferramentas geopolíticas faz-se necessário.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Humanas; Sociologia; Angola; África; geopolítica.

HUMAN SCIENCES, GLOBALIZATION AND GEOPOLITICS: CLUES FOR CONSTRUCTING AN AFROCENTRATED SOCIOLOGY IN ANGOLA

ABSTRACT

This article aims to conduct an interdisciplinary analysis of the organizational/functional dynamics and teaching of Human Sciences in Angola, with an emphasis on Sociology. It is an essay that combines the bibliographic research method, problematizing several issues such as migration, Africa/West relations, coloniality and African integration. The article analyzes the role and challenges of Education, Human Sciences-Sociology in Angola and Africa in the face of the challenges imposed by the rapidly changing global geopolitical dynamics, as well as the traps created by globalization. With a pan-Africanist and counter-colonial tendency, this work has as one of its premises the contribution to the creation of epistemological mechanisms that aim to destabilize the cosmovisions and cosmogonies of Eurocentric and neocolonial inclinations, which exert a great alienating influence on the perception of the world within Angolan society. To this end, the (re) Africanization of the educational system, the Human Sciences and their respective elevation to the status of strategic geopolitical tools is necessary.

KEYWORDS: Human Sciences; Sociology; Angola; Africa; Geopolitics.

Introdução

Angola como país é resultado da agregação de retalhos de diversos povos bantu, qualquer grupo africano bantu ou afro-subsaariano que se encontrasse dentro dos limites fronteiriços do que é hoje Angola seria agregado no projeto da construção da angolanidade. De qualquer forma, um dos objetivos específicos deste artigo é expor as mazelas da colonialidade e do neocolonialismo, a política masoquista de dois pesos e duas medidas. Sobretudo o colonialismo epistemológico no campo das Ciências Humanas em Angola, que consciente e/ou inconscientemente, insinua Estados europeus como Portugal como um país irmão, na medida

¹ Doutorando em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina.

em que simultaneamente aponta um país africano, subsaariano e bantu como estrangeiro e seus cidadãos tidos como indesejados (RDC). Não se furtando de apontar o óbvio, esse é um comportamento enraizado no imaginário tanto das massas (cidadãos comuns), quanto da elite política e, em particular, da classe acadêmico-intelectual. São as marcas da colonialidade, alienação. As Ciências Humanas, especialmente a Sociologia desempenham um papel fundamental neste processo, o de alienação ou desalienação, respectivamente.

Desconstruindo narrativas

Ao analisar a história social de Angola e Portugal, pode ver-se facilmente que ambos os países não possuem nada em comum, exceto um tenebroso passado recente em que um, o colonizador (Portugal) ao se retirar, deixou alguns legados ao colonizado-Angola (a língua portuguesa, uma assustadora taxa de analfabetismo, um subdesenvolvido sistema agrário, etc). Segundo Curimemba (2020, p. 11), “O grau de analfabetismo na sociedade negra angolana beirava as taxas de 70% a 85% no período colonial.”

Quanto a língua em comum, ela não constitui um indicador de parentesco entre dois povos, muito menos quando se impõe nos moldes que Portugal o fez com Angola.

O governo de Norton de Matos, além de descentralizar política e economicamente as colônias, seu projeto de governança tinha como base um dos aspectos conhecidos do “darwinismo social”, que significava criar condições defendendo, por exemplo, a fixação de uma supremacia branca portuguesa sob o povo angolano (Mingas, 2007), com alegações de natureza racial. No campo da educação, Norton de Matos defendeu a instrução em Angola como meio de civilização para os angolanos e as angolanas, utilizando, dessa maneira, a língua portuguesa como instrumento de poder e de dominação, ou seja, foi terminantemente proibido falar Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Tchokwe, Ngangela, enfim, qualquer língua nacional e as suas variantes. O que nos parece ser um autêntico glotocídio/genocídio (Fernandes, Keita, Paxe, 2024, p. 33).

Na própria Europa, que as elites angolanas apontam como modelo de tudo e para tudo a ser seguido por uma sociedade afro-bantu como a angolana, a classificação de parentesco entre nações independentes não segue necessariamente critérios linguísticos, mas origens ancestrais comuns. Portanto, o comportamento hostil contra certas nacionalidades africanas que se verifica em Angola, em contraponto do culto que se faz a Portugal e aos euro-ocidentais no geral é típico de ser nomeado como síndrome de Estocolmo, sadismo e masoquismo social. São as marcas da colonialidade que ainda pairam sobre as elites e a sociedade angolana.

Por exemplo, de acordo com Paulo Inglês, o povo bantu bakongo de Angola (Uíge, Zaire e Cabinda), o terceiro maior grupo etnolinguístico do país possui proximidade cultural com os povos bakongo das províncias do Congo Central (Kwango, Kassai, Kassai Central e Lualaba) na RDC.

Essa proximidade cultural era descrita, para além da língua, como os hábitos alimentares – uso da farinha de mandioca como base alimentar – organização familiar – a ascendência matrilinear, a religião cristã (católica e protestante misturada com elementos das religiões tradicionais africanas) (Inglês, 2017, p. 36-37).

Porém apesar dessas proximidades étnico-culturais, os mukongos angolanos na RDC percebiam-se como não congolese, quando simultaneamente os mukongos congolese os viam como estrangeiros. Para Inglês (2017), essa contradição retira o absolutismo da primazia das identidades etnolinguísticas sobre as

identidades nacionais, uma visão estereotipada ocidental sobre os países africanos. Além dos fatores políticos, mais tarde essa contradição viria a ser um dos fatores contribuintes da xenofobia que resultou na expulsão em massa de cidadãos congolese de Angola e de cidadãos angolanos da RDC em 2009, independentemente da pertença ou não ao grupo etnolinguístico bakongo. (Inglês, 2017, p. 37). Deste modo, as fronteiras nacionais traçadas pelos europeus e saídas da conferência de Berlim (1884-1885) se sobrepuseram a força do parentesco etnolinguístico entre esses povos.

Um outro exemplo que atesta os complexos supracitados é o decreto sobre a isenção de vistos. De acordo com a *Forbes* (2023), em julho de 2023 o governo de Angola, na pessoa do ministro de Estado e coordenação económica José de Lima Massano, anunciou a isenção do pagamento de vistos de negócios e turismo para cidadãos dos países do G20+União Europeia. A medida inclui a isenção de pagamentos de vistos de viagens e estadia em Angola de até 30 dias.

É necessário destacar que até aquela data, a União Africana (UA) ainda não tinha se tornado membro de pleno direito do G20. Portanto, os países do continente não estavam abrangidos pela então recente medida, salvo aqueles pertencentes a Comunidades dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), fruto de um acordo multilateral anterior feito pelos países-membros da referida organização.

Em setembro de 2023, em Nova Deli, capital da Índia, o G20 decidiu tornar a União Africana (UA) membro permanente da organização (Agência Brasil, 2023).

Sob pena de cair na ilegalidade a luz do direito internacional, o evento acima citado, isto é, a entrada da União africana no G20, obrigou o governo angolano a expandir a lista de países abrangidos pela medida de isenção de vistos de negócios e turismo, com a inserção de alguns estados africanos. Assim, em outubro de 2023 o governo de Angola publica no Diário da República o Decreto Presidencial n.º 189/23, que garante a isenção dos referidos vistos para cidadãos de 98 países. No continente africano, fora aqueles abrangidos pelo acordo da CPLP, foram incluídos 13 países. Na Ásia 11 países, nas Américas 8, Oceania 14 e Caraíbas e pacífico 16. A Europa lidera a lista com 35 países (Angola, 2023).

Assim, o Ocidente coletivo como civilização (além da região geográfica) lidera a lista com cerca de 37 países (Europa+EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia). No caso de Angola e RDC, é praticamente consenso de que a redefinição das fronteiras nacionais, com a finalidade de reintegrar grupos da mesma família cultural dispersos pelas fronteiras determinadas pelos regimes coloniais europeus, é algo totalmente fora de questão em África. Uma vez que as identidades nacionais, independentemente dos seus prós e contras, estão definidos e são uma consequência irreversível. O problema que se levanta, porém, recai sobre o fato de que tanto em Angola quanto na RDC, a xenofobia contra cidadãos de dois países irmãos afro-bantu é de uma intensidade escaldante, na medida em que simultaneamente os complexos de Estocolmo de ambas as sociedades diante de seus ex colonizadores ultrapassa os níveis do absurdo.

Quanto ao decreto do governo angolano e relações interestatais entre os países africanos no geral, o nacionalismo de africanos contra outras nacionalidades africanas é ridículo e embrutecedor. A xenofobia que coloca os africanos contra seus parentes é um paradoxo, uma anormalidade, o mesmo serve para os afrodescendentes na diáspora. O nacionalismo torna menos coesas as organizações regionais africanas, já que cada estado olha para o seu próprio umbigo. É necessário quebrar as barreiras nacionais e eliminar fronteiras

étnicas dentro do continente, promovendo o interacionismo, integração e inclusão, uma cooperação de família, que são de fato os países africanos subsaarianos, seus macros, micros e milhares de grupos étnico-linguísticos.

O separatismo, seja ele local ou regional, não tem vez nesta empreitada civilizacional. Uma União Africana (UA) forte, coesa e verdadeiramente democrática e popular, uma espécie de confederação das nações africanas sólida encarregada de defender os interesses comuns dos estados membros seria um pesadelo para o Ocidente, portanto, não é do interesse deste último. Tal estágio supracitado seria o auge da consolidação interna e projeção internacional da grande civilização de sub civilizações africanas. É aqui onde entram as Ciências Humanas, com ênfase na Sociologia e suas subseções, isto é, Sociologia da Educação, Histórica, Política e cultural.

Os estados africanos não têm qualquer influência em organizações epistêmicas e acadêmicas ditas internacionais. Portanto, para que se atinja os objetivos aqui traçados no que concerne a mudança de paradigma no fazer Ciências Humanas em Angola, a coordenação acadêmico-epistemológica com outros estados africanos faz-se imperativa. Ao adotar reformas soberanas e afrocentradas, os estados africanos não serão capazes de lidar individualmente com potenciais pressões advindas do bloco geopolítico unipolar e autoritário euro-americano. De fato, uma ditadura das nações ocidentais sobre as nações africanas na forma de neocolonialismo.

Em Angola, os ideais sobre possíveis ruptura são encarados como tabus, portanto, silenciados. Trata-se de autocensura coletiva da sociedade angolana, que mais do que em qualquer outra época, precisa ser pensada, repensada e auto repensar-se. As Ciências Humanas são ciências do espírito, da alma, do autoquestionamento e questionamento social, das interrogações do mundo e dos fatos que nele acontecem, com destaque para as relações de poder entre as pessoas, instituições, nações e civilizações. Não se trata de uma afirmação que insinua a ausência de produção intelectual entre as ciências exatas e naturais, mas não poderíamos deixar de salientar que são as Ciências Humanas que se ocupam da pesquisa e formação de quadros que constituem a base de pensadores, analistas sociais, ideólogos e consequentemente a base de liderança de um país, Angola não é exceção. Segundo Prabhat Patnaik (2023), “Mesmo no caso das ciências naturais, os currículos e conteúdo dos cursos nas universidades do terceiro mundo não podem ser idênticos aos das universidades metropolitanas”. Segundo o autor, isso não significa que a teoria de Einstein ou a física quântica contenham alguma ideologia imperialista, é tão somente porque a gama das preocupações científicas no terceiro mundo não é a mesma que a dos países de capitalismo central.

Ciências humanas e geopolítica

A formação dos pensadores sociais, da base intelectual e de liderança do país não pode ficar órfão dos investimentos do estado, a exemplo do que acontece com as Ciências Sociais em Angola, cujas verbas e vagas de bolsas financiadas pelo estado são de longe “absurdamente” inferiores aquelas destinadas as áreas das Ciências exatas, naturais e negócios. Para Prabhat Patnaik (2023):

a tendência alternativa com a mesma consequência, de recolonização das mentes, é acabar com as ciências sociais e humanas, ou reduzi-las a matérias inconsequentes, e substituí-las por cursos exclusivamente voltados para o trabalho e que não façam perguntas sobre a sociedade, como gestão e contabilidade de custos. Na verdade, tanto os elementos da Hindutva quanto as empresas têm interesse nisso, já que ambos fazem questão de ter alunos

exclusivamente egocêntricos e que não façam perguntas sobre a trajetória de desenvolvimento social. Esta tendência também está a ganhar força neste momento.

Só em Angola não se percebeu ainda que sendo a formação em Ciências Humanas a base da liderança intelectual e da máquina política do estado, precarizar este campo de estudos e/ou deixá-lo nas mãos de formadores e pensadores estrangeiros, com destaque para o financiamento e o referencial teórico, limita e distorce a percepção individual e coletiva dos conceitos de soberania nacional, independência e civilização. Segundo Cardoso:

Embora variando de universidade para universidade, existe um grande desequilíbrio entre o investimento feito na investigação em ciências sociais e nas ciências naturais. Um estudo sobre 12 universidades africanas, concentradas sobretudo na África do Leste e Austral, revelou que cerca de 45% de todos os projetos de pesquisa nestas universidades eram feitos nos domínios de artes e ciências sociais, e que apenas 6% dos projetos estavam relacionadas com a engenharia (Mohammedbhai 1996:31). No entanto, sabe-se que os recursos disponibilizados para cada uma das áreas são desproporcionais, sendo os dedicados às ciências sociais geralmente muito mais limitados (Cardoso, 2011, p. 134).

Barack Obama, o então presidente dos Estados Unidos no período 2009-2016, criou durante o seu mandato um programa de bolsas de estudos destinados a jovens estudantes africanos intitulado bolsa Yali Mandela Washington, com o propósito de formar futuras lideranças africanas. Pela natureza da bolsa, a maioria das formações eram destinadas às áreas das Ciências Humanas. Segundo Yankah:

Após 1945, o centro das culturas académicas começou a ser realocado nos EUA, o novo país em que o conhecimento era configurado. O estudo só é estudo enquanto se origina nestes países, culturas e idiomas, ou gravita em direção a eles. Com efeito, ao longo dos 500 anos de expansão ocidental e da criação de faculdades e universidades nas áreas colonizadas desde o começo do século XVI, esta crença tornou-se tão forte que as pessoas duvidam da sabedoria dos outros e da sua própria se ela não tiver sido articulada por instituições educacionais e em idiomas ocidentais. Quão importante possivelmente seria este corpo de conhecimento, tivesse ele sido articulado em Iorubá, Hausa ou Akan, em vez de em inglês? (Yankah, 2016, p. 140).

Para o autor, a força deste conhecimento está na banalização/desvalorização de outros conhecimentos, ou seja, a negação das epistemologias outras:

Ora, Obama, sendo o então presidente da principal potência capitalista/imperialista do mundo, aquela que detém um dos maiores, senão mesmo o maior centro de estudos africanos do mundo (que presta auxílio aos serviços secretos dos EUA) pensa a longo prazo. Se encarregando, mas não necessariamente ele, mas sim o país que “liderava”, da formação humana e intelectual das futuras bases das lideranças africanas nos moldes dos EUA (doutrinação americana) e para os interesses destes, uma espécie de “desenvolvimento” sustentável em recursos humanos pró-Estados Unidos em África, com vista a manutenção da condição do continente como um polo subserviente do ocidente coletivo.

Para além dos EUA, os seus protetorados, para não dizer “Estados vassalos privilegiados europeus” tiveram ao longo da história e têm seus próprios projetos político-intelectuais com vista a exploração híbrida e física do continente africano. Conforme diz Ferreira (2010, p. 73-90), a relação entre geopolítica e produção de conhecimento não é algo exclusivo dos EUA. O autor cita Inglaterra como exemplo, “como demonstra John Fage, um dos principais nomes da historiografia africanista inglesa, as ciências sociais – sobretudo a

antropologia – foram peças “chaves” para entender e melhor dominar sociedades africanas”. Segundo o autor, em 1926 a Inglaterra fundou o Instituto Internacional Africano (IIA). Entre 1942 e 1948, eram militares e funcionários da coroa britânica que formavam a maioria dos alunos, compondo 34% da instituição.

A relação entre produção intelectual e a geopolítica colonial inglesa tornou-se particularmente evidente com a fundação do Instituto Internacional Africano (IIA), em 1926, cujo objetivo foi eliminar a “falta de cooperação entre governos, missionários e cientistas” e “congregar acadêmicos, missionários e administradores coloniais”. Entre 1942 e 1948, militares e funcionários da coroa britânica formavam o grosso dos alunos (34%) do IIA. Logo depois vinham diplomatas e funcionários do Departamento de Assuntos Coloniais (Ferreira, 2010, p. 73-90).

Ao contrário do que muitos pensam equivocadamente em Angola, o fato de Obama ser afro-americano e ter ascendência paterna direta de um país afro-subsaariano (Kenya), não tornou e não torna especial a relação deste com o continente. Salvo, no entanto, o fato de que os serviços secretos e a elite ultraliberal estadunidense terem aproveitado ao máximo tal fato, seduzindo assim político e ideologicamente as massas em África, criando uma certa ilusão de conexão entre Obama e os povos africanos. Enquanto isso, os EUA sob o governo Obama, Nobel da paz, autorizavam a invasão, destruição e saque da Líbia. Um flagrante violação do direito internacional, que eles consideram abaixo da hierarquia da sua ordem internacional baseada em regras (regras para os não ocidentais).

Ferreira (2010) apresenta dados cronológicos e genealógicos sobre a evolução dos estudos africanos nos EUA, segundo ele, em 1959, uma pesquisa da American Historical Association (AHA) revelou que:

apenas um entre 1.735 estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) em história nas tradicionais universidades americanas de elite (Yale, Harvard, Princeton e Columbia) tinha a África como área de especialização. Na época, apenas 31 instituições americanas ofereciam cursos sobre a África. Poucas décadas mais tarde, o quadro mudaria dramaticamente. Em 1996, existiam cerca de mil doutorandos em Estudos Africanos (englobando não só história, mas também áreas correlatas como antropologia, sociologia e ciências políticas) (Ferreira, 2010, p. 73-90). De apenas 49 teses de doutorado entre 1951 e 1960, a produção sobre África avançou para 529 teses entre 2000 e 2001. Por sua vez, o número de centros de Estudos Africanos chegaria a mais de setenta, em 2002 (Ferreira, 2010, p. 73-90).

A ânsia cega de uma “democracia” ao estilo ocidental fez com que os EUA impulsionassem e patrocinassem a primavera árabe sob a opinião pública das massas em Angola fortemente favoráveis aos invasores, cujos resultados mais tarde viriam se mostrar extremamente “trágicos” não só para a Líbia (Oliveira, 2015), mas para todo o continente africano no geral. Hoje, os ‘pseudos’ estadistas ‘super’ democráticos ocidentais, tão aclamados em Angola, ameaçam juízes e promotores, em tons racistas, dizem explicitamente que o Tribunal Penal Internacional (TPI) foi feito para africanos e todos aqueles que não se submetem aos ditames ocidentais.

Infelizmente, a condição subalterna ao eixo euro-americano das Ciências Humanas em Angola não permitiu elucidar as massas em relação aos fenômenos que antecederam, acompanharam e procederam o estado das coisas que se vive hoje no país e no continente.

O dramático, porém, é que muitas das iniciativas com vista à melhoria das condições de

produção do conhecimento científico, condição *sine qua non* para a produção de uma epistemologia alternativa, continuam a estar ligadas ou são globalmente controladas pelo Norte. Um exemplo é a Iniciativa Think Thank (ITT) financiada pelo CRDI e pelas Fundações americanas William e Flora Hewlett e Bill e Melinda Gates. Outro exemplo é a Iniciativa África/EUA para o desenvolvimento do Ensino Superior em África, financiada pelo Departamento de Estado norte-americano, e que existe desde 2008. Fica, assim, a sensação de nos encontrarmos num beco sem saída. Será assim? Estará tudo perdido para as ciências sociais em África (Cardoso, 2011, p. 138).

O conhecimento, a produção e a propagação do conhecimento são ferramentas geopolíticas estrategicamente eficazes, uma arma de projeção de poder, que dependendo dos seus comandantes e os alvos estabelecidos, pode ser de curto, médio e longo alcance. Isto é, local, regional ou intercontinental. Gerir conhecimento é gerir poder, atribuir gestão do conhecimento é conceder poder (Silva, 2010). Deste modo, currículo, ementa, PPCs e referenciais bibliográficos são questões de soberania civilizacional, entre os países hegemônicos já se procede e se entende a educação e particularmente a curricularização desta forma.

Por exemplo, Ferreira (2010) descreve os principais motivos que levaram a expansão dos estudos africanos nos EUA, que o pano de fundo para tal crescimento foi um efervescente contexto político tanto na África como nos Estados Unidos. O autor fala das variadas instituições e parcerias público-privadas financiadoras que estimularam e estimulam a formação nas áreas dos estudos africanos, e foca-se em uma em particular, o próprio governo dos EUA. Assim:

Essa associação mergulharia os área studies na geopolítica internacional americana, sobretudo a Guerra Fria, e geraria debates e disputas políticas que se mantêm até hoje no seio da African Studies Association (ASA). No primeiro caso, cabe destacar a independência das antigas colônias africanas, que criou euforia em relação ao desenvolvimento da África e atraiu o interesse de alunos e professores. A emergência dos area studies esteve longe de se caracterizar exclusivamente por uma agenda positiva. Além das agências de financiamento privado, os area studies seriam impulsionados por um ator tão fundamental quanto controverso: o governo americano. A rigor, como demonstrado por Zeleza, os area studies foram criados antes das duas guerras mundiais,¹⁷ mas a influência da Guerra Fria se tornaria logo palpável (Bundy, 2002, p.67). Segundo Holtzner, “durante a Guerra Fria, do ponto de vista das agências de fomento governamentais, a produção intelectual de area studies avançou, em parte, ancorada em imperativos da segurança nacional [americana]”. (Ferreira, 2010, p. 73-90).

Deste modo, a condição atual das Ciências Humanas é um cavalo de troia para a sociedade angolana e para o próprio status de Angola como estado soberano. As autoridades académicas nacionais, em cumplicidade com o imperialismo epistemológico ocidental delegam a Angola o status de mero receptor e reproduzidor dos conteúdos teóricos produzidos pelo norte global. Inclusive teorias sobre os fenómenos sociopolíticos em África totalmente carregadas de preconceitos fantasiosos, radicalmente difundidos por estudiosos ocidentais famosos, atualmente encravadas no imaginário popular destas sociedades.

A dificuldade do exercício do métier de cientista social assume proporções dramáticas em situações de instabilidade política crónica ou conflito armado. Situações destas não são raras no continente africano. Num tal contexto, o que verificamos é um bloqueio total da possibilidade de exercício, quer pela dificuldade de movimentação dentro do território onde tem lugar o conflito, quer pela total incapacidade de se escapar à perseguição do diálogo das armas. Escusado será dizer que em situações idênticas, o funcionamento das instituições torna-se uma miragem. Nestas circunstâncias, torna-se judicioso dizer que a violência exercida pelo colonialismo face às ciências sociais, que no contexto colonial se traduziu na

repressão de todas as formas de conhecimento endógenas que não fossem informadas pelas matrizes coloniais, é substituída por um novo tipo de violência, desejada ou não, protagonizada pelas novas elites africanas no poder. A intencionalidade imanente a cada um destes tipos de violência pode fazer a diferença, mas o efeito perverso induzido permite no mínimo uma comparação entre eles (Cardoso, 2011, p. 137).

É bem evidente que salvo os comportamentos deliberados e propositais, a elite acadêmica em Angola, particularmente os formados em áreas das Ciências Humanas tendem a confundir os conceitos de cooperação acadêmica com o de subjugação acadêmica, dialogar *vs* copiar, receber dicas e conselhos (que podem ser aproveitados ou descartados) *vs* receber ordens. Buscar por experiências *vs* buscar por igualdades e equivalências. Tais equívocos conceituais é um mal bastante notório entre os mandatários no país, que são incapazes de desenvolver programas de governo e de estado originais e/ou que dialoguem com a realidade social do país. Sobre os acadêmicos, diz Falola (2007):

As aspirações dos acadêmicos por posições nas universidades, poder e riqueza –podem ser obstáculos, sérios obstáculos para eles próprios, para nós e para as Humanidades. Quem quer que seja obcecado por poder pode também ser igualmente obcecado pelo status quo e pela manutenção de sistemas estatais decadentes. Nossas crenças e o fundamentalismo incrustado nelas certamente afetam o pensamento racional sobre a África de tal forma que temos todo tipo de agentes legitimadores fazendo passar crenças por pesquisa acadêmica, pontos de vista por dados, opiniões por conclusões. Ou ainda não ouvimos comunicações que mesclam secularismo e espiritualidade? Crenças e aspirações podem ser combinadas negativamente para gerar imagens novas de um passado fossilizado e o idealismo de teocracias decadentes, o renascimento do atavismo social, a recriação da anomia colonial e a sustentação da disfunção pós-colonial. Se a vida é muito boa para alguns, uns poucos, eles podem querer transformar sua própria condição em teorias da paciência, em ideias “espere-na-fila” de prosperidade e segurança (Falola, 2007, p. 17).

As Ciências Sociais em Angola devem abster-se de serem um meio de reprodução das “verdades absolutas” do Ocidente, devem, antes pelo contrário, se abrir a outras perspectivas, buscar pontos de vistas não hegemônicos, com destaque para os estudos africanos produzidos no continente. Os “engenheiros” sociais devem saber para quem ou qual público-alvo seus estudos são dirigidos e porque os são dirigidos, conhecer o recetor, questionador e consumidor final, ou seja, o cidadão comum africano subsaariano, angolano, bantu.

As tentativas de desafricanização das instituições angolanas, com destaque para o ensino são um desafio sério para as Ciências Humanas no país. Às vezes, as tentativas de imitações de formatos ocidentais de ensino e sistema de educação estão mais para uma ação de “faço porque posso e quero” do que uma necessidade propriamente dita. Isso porque em África existem sistemas de educação e ensino de Ciências Humanas construídas de raiz que funcionam efetivamente, currículos e sistemas que englobam toda uma gama de características ancestrais e complexidades étnicas própria de uma sociedade afro-subsariana. Um exemplo disso é a África do Sul (Cardoso, 2011), que tem tido sucesso na retomada dos valores tradicionais e processo de africanização curricular, do ensino das Ciências Humanas e do sistema de educação como um todo.

Diferentemente da elite aculturada e neocolonizada angolana, os sul-africanos não têm ilusões quanto a pseudo integração África-Ocidente. A memória do regime racista do apartheid (regime de segregação racial-até 1994) amplamente promovido e financiado pelos Estados Unidos, Europa e Estado de Israel são frescas, por isso tem sabido lidar com tal polo, promovendo um braço de ferro no campo político e implementando estratégias de ruptura epistemológica no âmbito acadêmico. Angola, de fato, deveria tirar lições da África do

Sul e aprender como se faz geopolítica e política acadêmica num estado outrora colonizado, agora neocolonizado. Cardoso (2011), citando Marks (2000), descreve quatro razões para ensinar ciências sociais nas universidades sul-africanas, que segundo autor, são modelos que podem ser generalizadas, ou seja, servir de exemplo para o resto do continente:

não só no que toca ao ensino em si, mas igualmente no que diz respeito à própria prática das ciências sociais. A primeira é para refutar os mitos criados pela conceptualização ocidental da África; a segunda, para reinterpretar a história em África de uma maneira não-essencializante; a terceira, para estudar as ciências sociais de uma maneira que não oponha as ciências naturais às ciências sociais como se fossem diametralmente opostas; e a quarta, enfim, para nos darmos conta que o estudo da África desestabilizou os instrumentos conceptuais ocidentais e apelou à re-conceptualização da pesquisa, tanto africana como ocidental, no domínio das ciências sociais. A estas quatro razões acrescentaríamos uma, que consiste na necessidade de fazer das ciências sociais um instrumento de transformação das sociedades africanas, sem as limitar a uma dimensão instrumental, mas fazendo delas parte integrante de um projecto emancipador, que para o ser precisa de se afirmar como uma epistemologia alternativa. Como foi referido na introdução, para que as ciências sociais se possam afirmar como uma epistemologia alternativa torna-se necessário que elas sejam não só socialmente relevantes, mas que joguem um papel revolucionário/transformador no que respeita às condições da sua própria produção (Cardoso, 2011, p. 137-138).

As autoridades político-acadêmicas angolanas tendem a olhar para fora sem nem mesmo ter olhado antes para dentro do país e do continente. Diferentemente das autoridades, parte das classes intelectual e analítica angolana cegas por um exacerbado complexo de colonizado, esta pesquisa sugere para que o país se volte para a África e para os africanos, para a multissecular civilização afro-bantu.

A educação sociocultural, sociopolítica e histórico-social da sociedade angolana não pode ser delegada as corporações midiáticas ocidentais (instrumentos de propaganda em grande escala) que em corroboração com seus teóricos-acadêmicos etnocentristas formam uma frente única na missão de alienação do cidadão comum das sociedades africanas. Enquanto o referencial teórico-bibliográfico do ensino das Ciências Humanas permanecer subalterno ou colonizado, a promoção midiática de uma visão de mundo ocidental dado como certo, padrão, verdadeiro, democrático e humanitário se perpetuará na sociedade angolana e o povo permanecerá com a falsa crença de que será o norte global (o Ocidente) o seu pródigo salvador contra a “repressão” dos colonizadores intrínsecos (nacionais), o solucionador de seus problemas diversos. As próprias autoridades, como temos vindo a ponderar, mas não só, assim como a própria oposição política têm grande culpa e responsabilidade na manutenção de tal cosmovisão deturpada e neocolonizada. A elite político-acadêmica (governo, oposição, intelectualidade e representantes da sociedade civil) em Angola é em grande parte neocolonizada.

Para sustentarmos as afirmações supracitadas, usaremos como exemplo um fato recente da política angolana. Em 2022, depois das eleições gerais no país que garantiu a manutenção do poder ao regime sustentado pelo MPLA por mais de quatro décadas consecutivas, um número considerável de cidadãos nacionais invadiu a aba de comentários das redes sociais do atual mandatário americano, Joe Biden. Biden foi também vice-presidente dos EUA na época do governo Obama e uma das figuras-chave na invasão da Líbia e guerra civil Síria, além disso, foi dos senadores mais belicosos da era contemporânea do congresso estadunidense, onde ocupou cadeira pelo seu estado-natal (Delaware) por cerca de 36 anos.

Supostamente, esses cidadãos angolanos pediam socorro e resgate a Biden do “cativo” atual em que

se encontram por parte do governo “opressor” angolano, porém, o tipo de ajuda que estes queriam não se sabe, dado o histórico do atual mandatário americano, tais cidadãos provavelmente não faziam ideia do enorme perigo que era atrair uma raposa sedenta de recursos energéticos para a toca do coelho recheada de enormes barris de petróleo. Em parábolas: faz sentido por acaso, passarinhos tentarem se libertar de pais egoístas e gananciosos pedindo socorro para uma raposa ou alcateia de lobos?

Por outro lado, Biden não é presidente de uma organização internacional, é líder de um país e representa os interesses nacionais deste, é líder de uma potência ultra capitalista, neocolonial, imperialista, reduto dos ideais supremacistas branco e anglo-saxônico e de um racismo extremo contra sua população afrodescendente. Tal como salienta Falola (2007, p. 13-14), “estamos lidando com o contexto mais amplo da globalização e da dominação ocidental que as Humanidades têm de remodelar”.

A autoridade legal e jurisdicional dos EUA não é transfronteiriça, por mais que estes se autodeleguem o papel de gendarme mundial, Angola, assim como qualquer outro país africano não é um estado ultramarino dos EUA. É um estado independente (do ponto de vista jurídico, das leis nacionais e internacionais) e devem ser os próprios angolanos os solucionadores dos seus problemas.² O Ocidente (vide Portugal) mostra-se cada vez mais orgulhoso de seus feitos coloniais, com a eleição já em forma de dominó de grupos racistas/supremacistas de extrema direita, encabeçados pelo trumpismo nos EUA. Um sinal mais do que óbvio para aquela franja de angolanos que ainda se predispõem como serviçais sipaios da metrópole negando as suas próprias africanidades.

Se as Ciências Humanas tivessem uma base africanista e a história social das sociedades e estados africanos fossem ensinadas a partir de perspectivas africanas, os cidadãos supracitados estariam informados de que há 11 anos os cidadãos líbios descontentes com Kadhafi fizeram uma solicitação semelhante ao então vice-presidente dos EUA, Joe Biden (vice de Obama), e tudo que obtiveram como resultado de suas preces foram suas cidades bombardeadas indiscriminadamente, milhares de mortos, seus amigos e familiares perecidos, conflitos interétnicos e o surgimento de grupos armados beligerantes entre si.

A iniciativa da UA, entretanto, foi ignorada, e a própria Comissão foi impossibilitada de chegar à Líbia, pois no dia 19 de março, nove dias após sua formação, e dois dias após a aprovação da Resolução 1973 – que previa o envio da Comissão ao país –, os Mirages franceses começaram a bombardear o território líbio (PRASHAD, 2012; De Waal, 2013). (Oliveira, 2015, p. 676).

² Quanto a análise das relações Angola/África e EUA, esse artigo não leva em conta distinções político-ideológicas entre ambos os partidos dos EUA e suas figuras-chave (democratas e republicanos), pois o foco é o impacto das ações da política externa deste país para Angola e África. Não se vê, portanto, sentido em torcer ou desenvolver empatia por um ou pelo outro quando independentemente de quem esteja a governar, o comportamento supremacista daquele país e do Ocidente coletivo para com Angola e África continuam. De acordo com a leitura dos dados reunidos, em nada interessa os contornos da “democracia” interna dos EUA e seus protetorados europeus quando tal estado e o polo que comanda se comportam de maneira ditatorial, autoritária, supremacista e racista nas suas relações com outros estados, especialmente com os africanos. Essa pesquisa dá ênfase para políticas de integração verdadeiramente efetivas, por outro lado, denuncia o uso simbólico de uns poucos como forma de ludibriar as massas. Não adianta exibir integrações simbólicas de afrodescendentes e simultaneamente manter a estigmatização étnico-racial da África nas relações internacionais, assim como igualmente não adianta falar em cooperação com a África e promover racismo contra descendentes de africanos e suas heranças culturais nos respetivos países e regiões. No fim das contas, quem é contra África é contra afrodescendentes, e quem é contra afrodescendentes e culturas afro-originárias é igualmente contra África.

Por outro lado, enquanto isso, o Ocidente coletivo saqueava e ainda saqueia o petróleo e demais recursos e ativos líbios. Como diz Oliveira (2015) citando (Prashad, 2012):

Diversos interesses motivaram Washington a apoiar a intervenção na Líbia. Os dois principais eram o petróleo e a necessidade de assegurar a sua influência na região (Prashad, 2012). Em relação ao petróleo líbio, as empresas estadunidenses tinham pouca participação no país, sendo as principais a Chevron e a Occidental Petroleum (com participações muito menores do que as empresas europeias, por exemplo) (DINUCCI, 2011). Nesse contexto, a questão do petróleo se mostrava premente por dois motivos principais: primeiro, a necessidade de garantir a continuidade da produção líbia de petróleo (bem como a do Oriente Médio), de forma a garantir a estabilidade do preço internacional do produto (PRASHAD, 2012); em segundo lugar, a possibilidade de aumentar a participação de empresas estadunidenses no setor petrolífero líbio (DINUCCI, 2011). (Oliveira, 2015, p. 681)

Como consequência, o outrora maior IDH de África é hoje um estado falido e aqueles que pediram socorro e se alinharam aos EUA hoje jaz perecem afogados nas águas do mediterrâneo, tentando rumar para Europa, onde, no entanto, os que conseguem entrar são radicalmente discriminados e posteriormente deportados pelos governos de países cúmplices da destruição do seu país, outrora seus supostos libertadores.

De salientar que estes cidadãos comuns angolanos tiveram seus motivos e até certo ponto são compreensíveis, pois foram empurrados pela força do desespero computados em mais de quarenta anos de (des)governo do MPLA que insiste em se perpetuar no poder, porém, falha em satisfazer e realizar as necessidades mais básicas da população, como o saneamento básico, alimentação, educação e saúde.

Porém, para aqueles que se autointitulam patriotas e africanistas, ser patriota/africanista e clamar por ingerência e intervenção ocidental são preposições antagônicas. Estas contradições não são exclusivas das massas, mas também da classe acadêmica. Examinemos por exemplo a citação que se segue:

Ainda são insuficientes os esforços para formação de escolas sociológicas a nível das licenciaturas e de integração em projetos de investigação científica de curto, médio ou longo prazos. Pelo contrário, há episódios de combates de forma encoberta da nova geração, para que não dominem os conhecimentos sociológicos até um nível que considerem adequado, para torná-los dependente ou ficarem presos a um olhar que lhes falte fundamento. Felizmente a globalização veio ajudar a reformular este quadro, permitindo maior acesso à informação e conhecimento sociológicos. (Manuel, 2016, p. 16).

Manuel (2016) resumiu fielmente as dicotomias existentes entre uma elite formada em Sociologia que desfruta dos status e do conhecimento que a área os proporciona vs a cumplicidade dessa mesma elite de sociólogos na formação desqualificada e alienante que se tenta incumbir as novas gerações, é um argumento crível e plausível. Por outro lado, esta pesquisa mostra-se cética a descrição exclusivamente positiva dos efeitos da globalização no ensino de Sociologia, bem como para as demais Ciências Humanas em Angola. O autor salienta: “Felizmente a globalização veio ajudar a reformular este quadro, permitindo maior acesso à informação e conhecimento sociológicos.”

De fato, a globalização permitiu maior acesso à informação, porém, resta saber de quais tipos de informação se trata, de onde elas vêm, trata-se de uma distribuição ou propagação equitativa do conhecimento? Quem é o consumidor e o receptor? Sabe-se também que com a globalização veio a aceleração do processo de aculturação, aceleração de imposições epistemológicas do autodenominado primeiro mundo sobre as demais

regiões. Sendo assim, seria mais prudente se os acadêmicos em Angola falassem da globalização com ressalvas, visto que não se trata de um fenômeno tão feliz tanto quanto parece e foi descrito pelo autor.

Conforme uma vez disse Thomas Sankara, “queremos preservar de cada revolução apenas a essência da pureza que proíbe que nos tornemos servos da realidade dos outros, embora pensemos que existe uma comunidade de interesses entre nós”.³

Escapamos da modernidade europeia imposta pelo colonialismo para cair no modernismo americano de um capitalismo mais sexy. O capitalismo americano apresenta similaridades com o fundamentalismo religioso, no sentido de pressupor que as nações devem conformar-se a um conjunto de princípios econômicos, mesmo que isso comprometa seus próprios interesses.² O mercado, acredita-se, pode erguer-se, muito embora a África venha testemunhando seu poder destrutivo. Métodos modernos movimentam a riqueza mais rápido hoje que na época colonial. As distâncias entre nações e no interior destas são enormes (Falola, 2007, p. 14).

Segundo Falola (2007) “a África não poderá jamais compreender as forças da globalização ou lidar com elas sem as Humanidades.” (Falola, 2007, p. 14). A tendência subalterna das Ciências Humanas feitas em Angola somada as propagandas das corporações midiáticas ocidentais, mais comportamentos subalternos de atores políticos (tanto do partido governante-MPLA quanto os da oposição), perpassam a sociedade a ideia retrógrada e neocolonial de um pseudo protagonismo bem-feitor e messiânico ocidental, interpretando os EUA e a Europa como autoridades patronais ou governos mundiais supranacional, perante os quais, todas as outras nações e civilizações devem se curvar e dar seus depoimentos, o polo da prosperidade, liga do bem.

Sociologia e política real

Segundo o Maka Angola (2023):

África é, de novo, um continente disputado pelas grandes potências. Essa disputa resulta da nova corrida a matérias-primas e a mercados, da procura de influência no xadrez mundial, designadamente os votos africanos nas Nações Unidas, e também da apresentação de um laboratório social para mostrar ao mundo qual a receita de prosperidade que melhor funciona: a asiática autoritária desenvolvimentista ou a ocidental liberal. Tudo isto, no contexto da nova disputa competitiva com a China, levou os Estados Unidos a voltarem a centrar atenções em África e a colocarem-na em lugar destacado nas suas prioridades de política externa. Nos últimos meses, as iniciativas americanas relativas a África e as viagens de altos dignitários têm sido uma constante. Citem-se a vice-presidente Kamala Harris, a secretária do Tesouro Janet Yellen, a primeira-dama, Jill Biden, para referir apenas as viagens mais importantes que se sucederam recentemente (Harris, Março de 2023; Yellen, Janeiro de 2023; Biden, Fevereiro de 2023). Só falta mesmo o tour de Joe Biden para culminar esta ofensiva político-diplomática de alto nível. No entanto, a impressão que fica destas viagens é que, à parte belos discursos, oportunidades fotográficas esplêndidas e alguns apoios financeiros circunstanciais, elas nada acrescentam à resolução dos problemas africanos e, sobretudo, não diminuem a suposta influência chinesa, nem sequer a contrapõem. O problema está no modelo adoptado pelos americanos. Trata-se de um modelo pouco interactivo e que não se debruça sobre os problemas estruturais africanos. Essencialmente, os líderes dos EUA distribuem sorrisos e marketing, alertam para o perigo chinês, anunciam pequenas ajudas externas e remetem as grandes questões para o Fundo Monetário Internacional (FMI), falando com maior ou menor intensidade sobre a boa governação.

3 Discurso de Thomas Sankara na Assembleia Geral de ONU, 1984.

Lamentavelmente, nem jornalistas investigativos (Rui Verde) devidamente instruídos escapam da terrível colonização mental que tomou conta de Angola. O autor da matéria supracitada faz críticas relevantes a atuação dos EUA em África, mas ainda se prende a ilusão de enxergar àquele país como uma espécie de ancião, guardião da democracia e desenvolvimento global, condicionando o desenvolvimento da África a necessidade de um olhar de compaixão com vista a investimentos do titular do unipolarismo e ditadura global supranacional. Para o referido autor, levantamos a seguinte questão: o que dizer do “progresso” levado a Líbia pelo país tão merecedor de suas aclamações? Depois do total apoio historicamente registrado dos EUA ao regime racista de apartheid na África do Sul, ainda há formadores de opiniões em Angola supostamente patriotas e africanistas que acreditam que os EUA e Ocidente combinado realmente se importam com o bem-estar dos africanos subsaarianos. De quem são descendentes a maior população carcerária do mundo centrada naquele país?

Os conceitos de investimento, avanço tecnológico e inovação são interpretados como sinônimos de olhar para o Norte e somente para lá. Parece que os analistas sociais aculturados em Angola se esqueceram das proezas das engenharias empregadas na construção das muralhas da casa do grande rei no Zimbabwe e do domínio da técnica de fundição de ferro pelos bantus na era pré-colonial, das engenharias do antigo Egito como os sistemas de irrigação e diques de água, da transformação do papiro em folhas para escrita e as redes de encanamento de longe muito avançados para a sua época, tempos em que a Europa ainda vivia sobre um rudimentar sistema medieval. Tais cientistas sociais se esquecem que séculos de subjugação ocidental e contínuas sabotagens em termos de transferências de tecnologias, intervenções militares e capitulação (por meio de endividamentos absurdos) dos estados africanos aos organismos financeiros ocidentais mantêm o continente refém, reduzido a condição de mero consumidor final de produtos e serviços fabricados pelo Ocidente.

Opiniões fantasiosas como suposta liga do mal autoritária representada pela China (e Rússia)⁴

4 O despreparo de alguns fazedores de opinião em Angola em matéria de política externa assente em doutrina não alinhada é mais do que evidente. Muitos destes analistas, desatualizados, como se tratasse dos anos 80, chamam constantemente de comunista a atual Federação Russa, de ideologia político-econômica mista e evocam instintivamente sobre uma suposta ameaça de uma China Comunista tentando exportar sua ideologia para Angola, como se tratasse ainda do período da guerra fria assente nas disputas capitalismo vs comunismo. O mais paradoxal é que o próprio EUA e a UE são cientes da necessidade de se manter laços econômicos e canais de comunicação geopolíticos com a China e Rússia dada a importância geoeconômica e militar de ambos os estados, apesar da histeria apresentada publicamente. Por outro lado, analistas políticos e sociais em Angola cegados pelo analfabetismo funcional geopolítico se fixam em atacar os sistemas políticos domésticos e qualquer traço de negociação mutuamente vantajosa entre o estado angolano e ambos os países, guiados por uma falsa crença de se estar a defender um pseudomundo democrático que eles aspiram para Angola. Angola de fato precisa se democratizar, mas dentro dos moldes da civilização afro-bantu, não sob a influência neocolonial ocidental e ataques contra Estados não ocidentais que contribuem para a balança de poder e equilíbrio geopolítico, pois não é lógico clamar por democratização interna e apoiar a ditadura supranacional ocidental nas relações internacionais. Mesmo o ataque ao comunismo soviético por este ter exportado sua ideologia para Angola que posteriormente se mostrou autoritária, é um erro categórico. Não se trata de defender o comunismo soviético, que de fato foi um regime autoritário, mas a URSS foi útil para Angola naquela fase da história do país, numa altura em que tal estado (URSS) contribuiu logisticamente para a expulsão do colonizador supremacista português e posteriormente para a derrota do regime racista de apartheid da África do Sul no Sul de Angola pelas FAPLA. Qualquer angolano/africano que minimiza, negue ou desvalorize a importância geoestratégica dos eventos supracitados para Angola e o continente africano, pode ser

e liga do bem liderada pelos EUA são dignas de prêmios de ficção *Marvel* ou *Disney*. A visão limitadamente técnica dos assuntos geopolíticos é um problema sério com que se depara o campo do Direito, área de formação do autor do artigo. Portanto, a leitura de fenômenos geopolíticos a partir de uma visão meramente jurídica é insuficiente, pois até tão recentemente ações hoje repugnantes como a posse de colônias já foi um *casus licitum* (caso legítimo) salvaguardado tanto pelos direitos domésticos dos estados imperialistas quanto pelo direito internacional, acrescentando a isso a atual ordem internacional baseada em regras.

Contrário a essa relação de paternidade que o autor quase implora do Ocidente, mais uma vez, este artigo reitera que o progresso e o desenvolvimento de Angola e do continente africano não estão atrelados a um destino ocidental ou eurasiático, mas no olhar dos africanos para a própria África na condição de únicos atores sociais realmente preocupados com a resolução dos problemas africanos. Não que seja uma intenção despejar um balde de água fria (conforme se diz no folclore popular) ao prezado autor da matéria, porém, o Ocidente não só nunca se empenhou em auxiliar no desenvolvimento do continente africano, mas como também sempre trabalhou e trabalha para que jamais se alcance tal estágio de coisas. O desenvolvimento de África não é do interesse de um polo supremacista como é o Ocidente, caso os EUA quisessem realmente uma África independente e desenvolvida, trabalhariam na transferência de tecnologias básicas para que os estados africanos adquiram a possibilidade e capacidade de trilhar seus próprios caminhos.

Por outro lado, apesar de se tratar de um assunto técnico, são os sociólogos e demais cientistas sociais que denunciam a ausência de tais acordos de cooperação mutuamente benéficos no âmbito de tratados tecnológicos e sugerem estratégias para que se levem a cabo políticas externas assentes em cooperação ganha-ganha. Lauer (2016) diz que a tendência autolegitimadora do discurso científico moderno, isto é, ocidental, “teve o impacto de minar a transferência de tecnologia para a África e foi causa da maioria dos fracassos das pessoas em se apropriarem de valores e benefícios científicos modernos nas culturas pós-coloniais, chamadas “agrarias tradicionais”:

existe atualmente um discurso que tenta justificar o subdesenvolvimento das sociedades africanas baseando na ideia de que estas sociedades não possuem conhecimentos técnicos e tecnológicos necessários para fomentar o funcionamento industrial e que tais técnicas devem ser importadas a partir do mundo ocidental uma vez que estas sociedades africanas ao longo de suas histórias mostraram-se incapazes de desenvolver inovações tecnológicas, mas a autora refuta tal discurso dizendo que independentemente de qualquer outra coisa, essa abordagem despreza os fatos históricos. Conforme Songsore argumenta, a urbanização disfuncional numa sociedade pós-colonial deve-se mais especificamente a centros urbanos existentes não como bases industriais e fontes de riqueza, mas como satélites dependentes de importações vindas de centros tecnocráticos de produtividade no exterior⁹. Por causa desta “orientação externa”, cidades grandes em Gana crescem rapidamente graças ao seu papel de hospedeiras da economia parasítica do campo. Por exemplo, a densidade do “setor informal” de Acra aumenta “em consequência de efeitos negativos em regiões em que um ambiente físico em

facilmente e merecidamente nomeado “espiritualmente sipaio” (sipaio eram os nativos africanos que colaboravam com o colonizador português, denunciando e trabalhando contra o seu povo) sem reticências.

corrosão força a migração”. De maneira mais geral, Songsore reflete que a tendência da urbanização moderna a se desenvolver em sociedades pós-coloniais africanas e uma resposta a distorções e perversões de aventuras capitalistas de intrusos estrangeiros, não uma consequência direta e exclusiva da industrialização (Lauer, 2016).

Enquanto haver especialistas e formadores de opiniões em Angola insistindo na trágica concepção de que o desenvolvimento de Angola e de África está atrelado a um destino Ocidental, Angola caminhará errante em uma trajetória circular, perdida no tempo e no espaço em busca de um porto mitológico jamais alcançável. A neocolonização não é um problema exclusivo das massas em Angola, é um problema geral que afeta tanto o governo, quanto a sua oposição política e analistas político-sociais independentes.

Por estes e outros motivos, a ascensão a liderança intelectual das humanidades, em especial a Sociologia é urgente e necessária, porém, tal feito empoderador só se alcançará com a prévia descolonização do seu ensino. Para a infelicidade dos acusadores e depreciadores, o progresso tecnológico de Angola e da África está condicionado ao pré-requisito da institucionalização do ensino de humanidades de teor libertário (mental, cultural, econômico e epistemológico), pois é daí onde surgem os estrategistas políticos e geopolíticos efetivamente reformistas (Patnaik, 2023).

Precisamos prestar atenção ao perigo que representam os discursos que visam racializar e localizar o problema africano, tais como: o problema dos africanos não são os outros, são os próprios africanos, sempre houve escravização entre humanos, não somos (neo) colonizados, portanto, não vamos procurar culpados de fora, etc. Discursos como os supracitados, tanto reproduzidos por africanos quanto por terceiros são uma das, senão mesmo a maior prova de que a neocolonização é um fato. Como já dizia Malcom X, “se você não for cuidadoso, os jornais farão vocês odiarem as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as que estão oprimindo.” Como um exercício simples, podemos substituir na frase supracitada a palavra “jornais” pela frase “epistemologias ocidentais.”

Frases como as do parágrafo acima citada visam lavar as mãos das ações dos aparelhos políticos supremacistas e neocolonialistas ocidentais dos problemas que hoje assolam a África e os africanos. É certo que hoje a maioria dos estados africanos são liderados por líderes corruptos, aculturados, autoritários, antipatrióticos e gananciosos, sendo Angola parte deste grupo, mas estes mesmos líderes são fantoches e sustentados pelo polo ocidental.

Ao contrário do que dizem alguns racialistas (pois inculcar os problemas da África exclusivamente aos africanos é racializar a situação), somos defensores da teoria de que a África enfrenta problemas em duas grandes frentes. Que são por um lado o interno, representado por líderes corruptos da velha guarda, carrascos de seus próprios povos ao serviço do *hegemon*. Por outro lado, o próprio *hegemon* supremacista, imperialista e neocolonialista na pessoa do Ocidente coletivo que não tira de forma alguma seus tentáculos exploradores do continente.

Os africanos, portanto, precisam se desfazer de ambos. Para que os Estados africanos se desfaçam das amarras do Ocidente e seus carrascos intrínsecos, reformas em grande escala no sector da educação precisam ser levadas a cabo, as epistemologias ocidentais precisam passar para uma posição de complementares em

contraponto do monopólio que têm hoje das grades, PPCs e ementas de cursos e disciplinas. Para os países liderados por fantoches do Ocidente, é possível manobrar as imposições do sistema, a formação autônoma dos professores deve ser continuada, os professores de Sociologia, Ciências Sociais e/ou humanas no geral precisam estar na vanguarda da reorientação epistemológica e consequentemente na mudança de paradigma e visão de mundo das novas gerações, os saberes e fazeres ancestrais, tradicionais e pan-africanos devem ser restabelecidos e reaproveitados em prol de uma Angola digna do angolano comum e uma África digna do africano comum. Currículo é conhecimento, conhecimento é poder. Para Silva (2010, p. 16), “Da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder”.

Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. As teorias do currículo não estão, neste sentido, situadas num campo “puramente” epistemológico de competição entre “puras” teorias. As teorias do currículo estão ativamente envolvidas no consenso de obter hegemonia. As teorias do currículo estão situadas num campo epistemológico social. As teorias do currículo estão no centro de um território contestado. É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: teorias neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica e desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder. As teorias críticas e pós-críticas, por sua vez, não se limitam a perguntar o que? Mas “por quê? Por que esse conhecimento e não o outro? Quais interesses fazem com esse conhecimento e não outro esteja no currículo? Por que privilegiar um determinado tipo de identidade ou subjetividade e não outro? (Silva, 2010, p. 16).

Do mesmo jeito que os currículos nacionais podem ser controlados por regimes totalitários com vista a manipulação da opinião pública interna, eles podem ser usados por regimes imperialistas a fim de colocar a opinião pública mundial e os múltiplos pensamentos sociais a seu favor e legitimar suas ações de ingerências e intervenções em estados soberanos. O poder hipnotizador é tal e tanto, a lavagem cerebral é tamanha que alguns indivíduos, muitos dos quais instruídos dos países do Sul Global, particularmente em África se posicionam a favor da intervenção dos regimes supremacistas ocidentais em seus próprios estado-nações. Tais indivíduos confundem, em função de um ensino de Ciências Humanas colonizado, a luta contra regimes nacionais corruptos, totalitários e submissos ao ocidente com a necessidade de se vender e se subalternizar ao mesmo Ocidente racista e cúmplice das elites corruptas africanas, como é o caso de Angola. Segundo o intelectual indiano Prabhat Patnaik (2023):

a hegemonia imperialista sobre o terceiro mundo é exercida não só através das armas e do poder económico, mas também através da hegemonia das ideias, fazendo com que as vítimas vejam o mundo da forma como o imperialismo quer que elas o vejam. Em consequência, um pré-requisito para a liberdade no terceiro mundo é libertar-se desta colonização da mente e procurar a verdade para além das distorções do imperialismo. A luta anticolonial estava consciente disto. Na verdade, a luta começa com o alvorecer desta consciência. (Patnaik, 2023).

O Ocidente não é um aliado dos homens e mulheres africanos (as) comuns, muito pelo contrário, com

a sua horda de extremistas de direita racistas/supremacistas agora representados e impulsionados pelo trumpismo internacional, é cada vez mais antiafricano, uma ameaça direta e imediata a integridade dos afrodiáspóricos, conforme nunca deixou de ser.

O Ocidente é um oponente em comum para o Sul Global e o Oriente, o supremacista do topo da cadeia. Do ponto de vista geopolítico, de política de estado e da luta contra a manutenção do unipolarismo euramericano, a África até certo ponto necessita de oponentes ocidentais fortes localizados em outros polos de poder epistemológico e não só, porém, chamamos atenção ao risco de se substituir uns supremacistas por outros. A única constante entre a África e os demais polos de poder geopolítico é que o racismo ocidental é também cultural, impositório e globalmente coercitivo para além de étnico, o que coloca todos numa espécie de frente comum contra a hegemonia neocolonial ocidental.

Fora o supracitado, nem o Ocidente Coletivo (EUA e Europa), nem a China e Rússia, as Ciências Humanas em Angola, como um instrumento de empoderamento popular e afro-civilizacional, devem rejeitar qualquer tentativa de paternalismo epistemológico venha de onde vier, ou seja, do Ocidente, Eurásia e inclusive do próprio Sul Global. As Ciências Humanas em Angola devem se virar para África, para os afrodescendentes na diáspora, bem como para as demais contribuições contra-coloniais centrados em estudos sobre África a partir de narrativas e perspectivas dos africanos e afrodescendentes.

A Sociologia, bem como as demais Ciências Humanas em Angola precisam abandonar a cosmovisão passivista de que o (ego) centrismo nas relações entre os polos de poder geopolítico é algo externo aos africanos. Este artigo é contrário e rejeita categoricamente essa cosmovisão universalizada que atribui aos africanos subsaarianos o papel de exclusiva macro civilização de civilizações humanas politicamente correta. A visão estereotipada do ser humilde, mero espectador das disputas internacionais do poder, aquele que deve ser influenciado e (re)conquistado. Ferreira diz que nos EUA, os enormes investimentos feitos pelo governo do país, destinados aos estudos africanos tiveram uma dimensão geopolítica inegável e basearam-se na Lei Educacional de Defesa Nacional VI, que considerava a África um campo de disputas geopolíticas com os polos de poder adversários. Segundo o autor, de 1949 a 1964, o governo estadunidense investiu cerca de 76 milhões de dólares em estudos sobre África:

Em 1962, relatório do Departamento de Estado norte-americano afirmava que a África era “provavelmente o maior campo aberto de manobras na competição entre o bloco sino-soviético e o mundo não comunista” (Robinson, 2004, p.17). Só para estudos relacionados à África, o volume de recursos somaria 76 milhões de dólares entre 1949 e 1964.¹⁹ Um dos marcos do envolvimento governamental foi a Lei Educacional de Defesa Nacional VI (o Title VI), de 1958, voltada sobretudo para o ensino de línguas africanas, e que ainda hoje é um dos principais mananciais de recursos para os *area studies* (McCann, 2002, p. 31; Ferreira, 2010, p. 73-90).

A Sociologia e demais Ciências Humanas em Angola devem ser reorientadas com o fim de assumirem uma dinâmica mais ousada, serem capazes de remodelar a visão de mundo das massas, afim de se fazer passar a mensagem de que o despertar do gigante adormecido que é a África, é o início de um percurso rumo a afirmação geoestratégica global. Demarcando-se das teorias que procuram convencer os angolanos de uma delegação quase mitológica atribuída ao continente africano como mera zona de disputa de influências entre

outros polos de poder.

Mas quem somos nós, afinal? Ou o que queremos ser? Há um pouco de obsessão com uma qualidade africana, uma busca frenética por um africano arquetípico, exemplar. Isso pode estar mal colocado, se acarretar uma definição congelada no tempo. O que deveríamos fazer, em vez disso, é celebrar a essência da condição africana,⁶ politizar uma identidade africana como uma estratégia deliberada de conter os excessos da globalização. Detemos o conhecimento e os recursos para construir o "caráter" dessa condição africana. Na verdade, temos até os recursos para politizá-la e para legitimar uma definição dela (Falola, 2007, p. 18).

Do ponto de vista da *real politik* (política real), todo ator geopolítico é autocentrista. A adoção de uma política acadêmico-epistemológica afrocêntrica, seria por parte de Angola, a adoção de uma resposta e/ou retaliação espelhada contra um polo (Ocidente) com tendências ao monopólio no que concerne a produção e divulgação do conhecimento, jaz desde os seus primeiros contatos com os africanos. O centrismo acadêmico-africano é, portanto, necessário e imperativo para a efetivação de uma Sociologia realmente endógena e ao serviço do povo. Quem, por exemplo, exceto uma educação afrocentrada, revelará ao mundo o fato histórico ocultado atualmente por todas as partes do conflito, de que mais de 1 milhão de africanos subsaarianos foram mobilizados coercitivamente pelos franceses e levados a combater os exércitos nazistas na Europa? Quem, por exemplo, exceto uma educação afrocentrada revelará ao mundo os genocídios de africanos levados a cabo pela Alemanha e demais potências coloniais europeias? A Sociologia em Angola deve, como diz Falola (2007), colocar o que é africano no centro. As Ciências Humanas devem ser afro-memoráveis, imortalizar os milhões de martirizados angolanos/africanos e ser um cartão postal lembrando ao povo angolano de que só, e exclusivamente uma integração africana efetiva representará uma garantia de segurança e prosperidade para o país.

Considerações Finais

Hoje, o mundo já não é mais o mesmo ao que procedeu e se estabeleceu com o fim da guerra fria. Existe atualmente uma guerra cultural e epistemológica quente entre civilizações, onde Angola sendo parte da milenar civilização afro-bantu deve tomar o seu lugar neste marco de disputas, onde a inércia não é uma opção, já que se trata de uma questão existencial, o ser e se sentir eu sem a necessidade de se recorrer ao consentimento de teóricos ocidentais, ou seja, existo porque reconheço que existo, não porque tal diz que existo. Fingir integração com o Ocidente evidentemente se mostrou inviável, pois, como jamais se viu antes, as chamadas instituições internacionais (ocidentais de fato) caíram no descrédito numa velocidade supersônica no biênio 2022/2023, o que de certo modo nos leva a questionar não só a legitimidade, mas como também os objetivos das organizações e eventos educacionais com base naquele polo supremacista.

Basta de reproduções de discursos sobre eternos melhores autores, eternas melhores teorias, pelo menos em Angola e África, bastam. Já nos questionamos por que o chamado Ocidente coletivo procura cancelar autores de países rivais nos mais diversos campos do conhecimento? Tudo isso deve funcionar como um sinal de alerta para Angola, África e o Sul global. Como diz Prabhat Patnaik (2023) “E uma vez que o projeto imperialista não termina com a descolonização política formal, o sistema educativo nas ex-colónias

recém-independentes tem de procurar continuamente ir além das falsidades do imperialismo.” Infeliz ou felizmente, a força dos fatos nos leva a deduzir que chegou a hora de ruptura, um estágio das coisas impulsionado pelo próprio Ocidente. É hora de se criar em Angola um referencial teórico bibliográfico do ensino de Sociologia pós-unipolaridade, anti-imperialista, afrocentrado e popular. Os sociólogos, demais cientistas sociais e educadores não estão fora de cartilha das disputas internacionais em andamento, muito pelo contrário, são partes fundamentais do processo todo, pois a consciência de classe e civilizacional entre as nações começa na escola e na academia.

Em nenhum outro momento em cerca de 500 anos de ditadura epistemológica a hegemonia ocidental esteve tão comprometida tal qual está em nossos dias, é o momento ideal para se levar a cabo reformas ousadas no campo da educação em que no caso de serem implementadas, os impactos mudarão radicalmente o curso de toda a história de Angola e África nas suas relações com o Ocidente supremacista.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA (2023). Decreto Presidencial: Angola isenta cidadãos de 98 países de vistos de turismo. **Governo de Angola**. Informação disponível em: <https://governo.gov.ao/noticias/1046/governo/decreto-presidencial/angola-isenta-cidadaos-de-98-paises-de-vistos-de-turismo>. Acesso em 27 de outubro de 2024.
- CARDOSO, Carlos. **Da possibilidade das ciências sociais em África. Como fazer ciências sociais e humanas em África**. 8. Cardoso. Pmd, 02/11/2011.
- CIDADÃOS da CPLP e do G20 isentos de pagamento de visto de entrada em Angola. Forbes África Lusófona. Informação disponível em: <https://www.forbesafricalusofona.com/cidadaos-da-cplp-e-do-g20-isentos-de-pagamento-de-visto-de-entrada-em-angola/>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.
- FALOLA, Toyin. **Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África**. Afro-Ásia, núm. 36, 2007, pp. 9-38 Universidade Federal da Bahia, Bahía, Brasil.
- FERREIRA, Roquinaldo. A Institucionalização dos Estudos africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2010, v. 30, n.59, p. 73-90.
- INGLÊS, Paulo. **Angola é a nossa casa. Reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo**: Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017.
- LAUER, Helen, **sobre a própria ideia de uma tradição do conhecimento ocidental: analisando afirmações que lidam com o regresso econômico na África**. O resgate das ciências sociais e humanas, e das humanidades através da perspectiva africana. Fundação Alexandre de Gusmão Brasília – 2016.
- MANUEL. Adérito. O pensamento sociológico no ISCED de Luanda: um estudo dos trabalhos de fim de curso de licenciatura defendidos entre 2003 e 2013. In: **Sociologia, ensino e prática**. 2016. Disponível em: [http://isced.ed.ao/assets/739/Sociologia_Ensino_e_Pratica\(livro_online\).pdf](http://isced.ed.ao/assets/739/Sociologia_Ensino_e_Pratica(livro_online).pdf). Acessado em: 11 Maio 2017.
- O FRACASSO dos EUA em África. **Maka Angola**. Informação disponível em: <https://www.makaangola.org/2023/04/o-fracasso-dos-eua-em-africa/>. Acesso em: 28 de abril de 2023.
- OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **A intervenção ocidental na Líbia**: interesses ocidentais e o papel da liga

árabe. BJIR, Marília, v. 4, n. 3, p. 670-693, set/dez. 2015.

PATNAIK, Prabhat. Uma política educacional para colonizar mentes. **Resistir. Info**. Informação disponível em: https://resistir.info/patnaik/patnaik_31dez23.html. Acesso em: 31 de dezembro de 2023.

UNIÃO africana torna-se membro permanente do G20. **Agência Brasil**. Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-09/uniao-africana-torna-se-membro-permanente-do-g20>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

YANKAH, Kwesi. A globalização e o acadêmico africano. Versão levemente revisada a partir da monografia com o mesmo título publicada em 2004 pela Faculdade de Artes da Universidade de Gana, em Legon. In: **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Volume 1, Fundação Alexandre Gusmão. Brasília 2016, p.135.